

Da reconstituição de famílias à reconstrução de comunidades históricas: um exemplo do Noroeste de Portugal

ANA SILVIA VOLPI SCOTT

“The deeper the research, the more the light of the evidence must converge from sources of many different kinds”

Marc Bloch¹

A análise das famílias, das formas de união e da reprodução social na freguesia de São Tiago de Ronfe (Concelho de Guimarães, Portugal), foi desenvolvida a partir do cruzamento nominativo de fontes de gama variada, constituída pelos registos paroquiais, róis de confessados, testamentos, visitasões, licenças matrimoniais e, de alguma documentação de cunho fiscal (décima, manifesto do gado, listas de eleitores)².

Era nossa intenção compreender como, dentro daquela comunidade específica, a população enfrentou e criou estratégias efetivas para sobrepujar as dificuldades inerentes aos acasos da demografia, às limitações do meio ambiente, às pressões económico-sociais, às tradições culturais e religiosas que compunham, no seu conjunto, a região do Noroeste Português, onde a comunidade está inserida.

A opção pela metodologia que elege a *comunidade* como centro de análise, requer e justifica o emprego de um conjunto tão variado quanto disperso de fontes, mas acarreta algumas longas e complexas etapas, seja na fase da recolha e do cruzamento dos dados obtidos, seja no âmbito da definição dos limites e objetivos do estudo, discussão que pode ser avaliada através de toda a produção bibliográfica sobre o tema, que aqui não cabe ser retomada.

De qualquer modo, o estudo de comunidade é um dos meios mais indicados para se avaliar como os indivíduos, que viveram num determinado espaço geográfico e num dado espaço temporal, definiram os seus arranjos familiares, como organizaram os seus agregados domésticos, como se relacionaram com parentes e vizinhos, como sobreviveram à passagem das gerações (em termos de transmissão de autoridade e de

¹ The Historian's Craft, Manchester, 1954:67 (Edição inglesa de *Apologie pour l'Histoire*)

² Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto Universitário Europeu (Florença-Itália) em 1998 e publicada em 1999. Vide referência completa ao final do texto.

patrimônio) e como tiveram (se tiveram) acesso aos meios de produção, principalmente a terra.

Embora o estudo de comunidade seja um tema já amplamente discutido e abordado, não será demais lembrar, como foi recentemente apontado, que somente ele possibilita a intensidade e a profundidade de análise que permitem o cruzamento de um leque variado de informações (Silva 1993).

A importância dos estudos de comunidade em Portugal ganhou um forte impulso, há vinte anos atrás quando, durante a década de oitenta, um grupo de jovens investigadores deu início a uma série de estudos sobre a sociedade portuguesa, que tinham como principal característica inovadora a utilização de conhecimentos e metodologias multidisciplinares, entre as quais se destacavam a História, a Antropologia e a Sociologia³.

Reconhecia-se que, até àquele momento, o conceito de comunidade era familiar aos antropólogos e sociólogos (conceito utilizado como instrumento para a análise de microssistemas) e que estava sendo, progressivamente, incorporado pelos historiadores, no sentido de enquadrar os estudos de caráter local (Brandão e Feijó 1984).

Fundamental, parecia ser naquele momento, a discussão que dizia respeito aos diferentes problemas encontrados pela História, Antropologia e Sociologia em virtude da utilização da comunidade como elemento de enquadramento da investigação. Brandão e Feijó defendiam que o estudo de comunidade permitia uma convergência das abordagens das diferentes disciplinas e que o conceito de comunidade seria a delimitação de algo existente no “*mundo real*” e um artifício para dar forma a uma investigação. Poderia compor um produto final, que seria uma “*construção hipotética*” criada por cada uma daquelas disciplinas (História, Antropologia e Sociologia), de acordo com seus pressupostos e finalidades.

Fechando este conjunto de assertivas, esta “*construção hipotética*” teria como principal problema definir as relações que ela manteria com a totalidade social de que constituía uma parcela, da qual teria sido abstratamente extraída.

³ Entre eles destacam-se João de Pina Cabral, Brian Juan O’Neill, Maria de Fátima Brandão, João Arriscado Nunes, Rui Graça Feijó, alguns dos quais gozaram de um amplo espaço de discussão no antigo Núcleo de Sociologia Histórica do Instituto Gulbenkian de Ciências (Oeiras-Portugal), dirigido nos inícios dos anos oitenta por Robert Rowland.

Afirmava-se ainda que o historiador teria de resolver questões importantes como a conjugação entre estudos monográficos e de síntese e ainda definir o que era interno à comunidade e o que estava fora dos seus limites.

Estes problemas relativos à delimitação dos limites não foram apenas referenciados pelos autores; já tinham sido anteriormente colocados por Macfarlane (Macfarlane 1977) ao tratar dos prós e contras do método de estudo de comunidade, como também tinham sido retomados por Brettell (Brettell 1986).

Obviamente que estas escolhas não estariam isentas de alguns riscos que deveriam ser corridos a partir do momento que se fazia esta opção metodológica. Entre eles, ressaltaram dois como sendo os mais incômodos aos pesquisadores: a falta de representatividade e a impossibilidade de generalização ou comparação.

Tudo indica que estes “*fantasmas*” (como foram chamados por Brandão e Feijó) ainda hoje não foram totalmente superados e podem assombrar, ou pelo menos, ainda preocupar muitos estudiosos, como apontou Álvaro Ferreira da Silva no seu estudo sobre a propriedade e a família na comunidade de Oeiras nos séculos XVIII e XIX (Silva 1993).

O autor, depois de apresentar o estudo de comunidade como um meio privilegiado de respostas aos investigadores, admitia que este tipo de abordagem realmente traria, em si, alguns riscos. Em primeiro lugar, na sua perspectiva, haveria o perigo de se cair num excessivo “*parochialismo*”. Este risco, entretanto, teria de dar-se por superado, pois o estudo de uma comunidade vale pela “*possibilidade de elucidar problemas de carácter global, referenciando a investigação local com problemas que transcendem a comunidade*”. O remédio, ou mais justamente, o antídoto para este “*mal crônico de parochialismo*”, refere o autor, deve ser um sistemático esforço comparativo.

Outro problema grave que o investigador que opta por um estudo de comunidade tem de enfrentar, ainda na perspectiva do mesmo autor, é a tentativa de se minimizar a “*falta de representatividade estatística*”, inerente a este tipo de estudo. Aqui, refere-se ao inconveniente que atinge os estudos de comunidade que se limitam a um parco número de elementos.

Talvez, mais do que tudo isso, a principal angústia de um investigador, principalmente aquele que se dedica ao estudo de comunidades portuguesas, seja o esforço comparativo com experiências semelhantes noutros tempos e lugares, já que a “*inexistência de uma bibliografia especializada limitaria fortemente qualquer pesquisa*” (Silva 1993).

Se a opção pelo estudo de comunidade coloca problemas, também não menos complexa é a exigência ao recurso do *cruzamento nominativo* de dados. Esta é a técnica ideal a ser adotada para aprofundar ao máximo um estudo de comunidade.

O cruzamento nominativo de fontes (*nominal record linkage*), como foi assinalado na clássica obra *Identifying People in the Past* (Wrigley 1973), “*é o processo pelo qual diferentes itens de informação sobre um indivíduo nomeado são associados uns com os outros em um todo coerente, de acordo com certas regras*”. Esse, foi um ideal incansavelmente perseguido ao longo de nosso estudo: procurar, através das inúmeras fontes nominativas compulsadas, conjugar e reunir o maior número de informações sobre cada um, e todos, os indivíduos da “nossa comunidade”.

A metodologia clássica da *Reconstituição de Famílias* (Fleury e Henry 1976) ou a metodologia de *Reconstituição de Paróquias* (Amorim 1991) que forneceu a base de dados demográfica utilizada para nosso estudo, nada mais são do que métodos que utilizam os registros paroquiais para realizar estudos que envolvem o *cruzamento nominativo* daquelas fontes⁴. O nosso objetivo foi o de efetuar esse cruzamento nominativo empregando um leque muito mais amplo de fontes, almejando alcançar a maior quantidade possível de informações sobre um indivíduo ao longo de toda a sua vida.

Refira-se que a metodologia clássica de Henry, ao empregar apenas e tão somente os registros paroquiais, limita-se ao estudo da família legítima, um vez que para cada matrimônio registrado abre-se uma ficha de família. Isto implica na desconsideração de todos os indivíduos que não se casaram sob as bênçãos da Igreja. Por outro lado, a opção pela metodologia de *Reconstituição de Paróquias* significa um passo adiante em relação à metodologia clássica, uma vez que ao final do levantamento não trabalhamos com a noção de família, mas com a noção de indivíduo residente numa dada paróquia (casado ou não), para o qual podemos reconstruir todos os elos genealógicos, de forma ascendente ou descendente. Este banco de dados formado pelos indivíduos residentes numa dada localidade pode ser, posteriormente, cruzado com outras fontes nominativas, permitindo que passemos da “reconstituição de famílias” à “reconstituição de comunidades históricas”.

De qualquer modo, acreditamos que, apesar de todos os problemas enfrentados pelo investigador que adota a comunidade como campo de análise, este é

⁴ Efetuamos um teste comparativo das duas metodologias, e comprovamos a validade e a confiabilidade da metodologia de *Reconstituição de Paróquias*, sendo que os resultados do referido teste podem ser encontrados em (Scott 1995).

ainda o meio mais indicado para perseguir os ideais de apreensão, de compreensão e de discussão de toda a trama que envolve o indivíduo. Perseguir os indivíduos ao longo de toda a sua existência, resgatar suas vivências quotidianas, acompanhar os diversos papéis que desempenharam no decorrer de sua vida (crianças e adultos, namorados e amantes, filhos e pais, vizinhos e parentes, amigos e inimigos, pobres e ricos, crentes e descrentes) só parece ser viável ao nível da micro-análise, apanhando o ambiente no qual os indivíduos passaram o seu dia-a-dia até ao momento em que deixaram a vida terrena para a eterna.

Foi pois, no âmbito do estudo da comunidade portuguesa de São Tiago de Ronfe, que procuramos compreender como os indivíduos desempenharam aqueles diferentes papéis, entre os séculos XVIII e XIX. Entretanto, de maneira mais concreta, foram privilegiados alguns papéis específicos no complexo campo da vivência individual e coletiva, dando ênfase aos indivíduos enquanto membros de uma determinada família, componentes de um determinado agregado doméstico, enquanto sucessores em algumas situações ou infratores em outras.

De forma mais explícita, interessaram-nos as opções que se apresentaram aos indivíduos que viveram naquela comunidade ao nível do casamento e da família, e como estas opções foram sujeito e/ou objeto, na organização e reprodução daquela comunidade.

São variadas as abordagens que podem ser escolhidas para tentar abarcar esta gama de preocupações. A primeira que julgamos ser necessária é a fornecida pela análise da demografia que compunha aquela comunidade. Quais foram as variáveis demográficas que mais constrangeram aquela população? Para sermos coerentes com os nossos objetivos gerais, fundamental importância teve o estudo da nupcialidade, da fecundidade e da mobilidade.

Mesmo a exploração das variáveis demográficas que mais de perto nos interessavam, serviram, antes de mais nada e fundamentalmente, para dar uma base segura para nos lançarmos em abordagens que pretenderam ser multidisciplinares, enveredando sempre para o caminho da história social, da história da família e da antropologia histórica.

Tentando manter a coerência interna necessária a um estudo de comunidade, concomitantemente, procuramos complementar a abordagem demográfica tendo em linha de conta as variáveis de cunho ecológico, social, económico, cultural que afluíam na comunidade escolhida.

Mas, a comunidade que arbitrariamente e abstratamente, extraímos da realidade não pode ser compreendida e analisada fora dela, descontextualizada do todo do qual ela fazia parte e estava inserida. Afinal, a comunidade age e interage no mundo exterior a ela, e não pode de forma alguma ser considerada como uma unidade isolada e fechada.

Desta maneira, a comunidade e a população em estudo tiveram que, obrigatoriamente, ser enquadradas em dois níveis distintos: num contexto geral, em termos europeu e mediterrâneo, e em termos particulares, ou portugueses, que lhes definissem as suas características básicas. No nível mais amplo, como pertencente a um determinado sistema demográfico europeu e, mais importante ainda, fazendo parte de uma determinada região cultural; e num nível mais restrito, ao contexto português e minhoto, onde está inserida a freguesia de São Tiago de Ronfe.

*

Se nosso objetivo era estudar a família, e as formas de união alternativas ao casamento, além da própria reprodução social no interior daquela comunidade, pareceu-nos imprescindível obedecermos a uma lógica organizacional interna que privilegiasse uma discussão ao nível da produção bibliográfica internacional no que se referia à nupcialidade nos termos dos regimes demográficos europeus, salientando-se noções importantes relativas ao contexto da Europa Mediterrânea e mais especificamente à Península Ibérica.

O enquadramento do “*puzzle*” português, para aproveitar a consagrada expressão de Peter Laslett, neste contexto foi o passo seguinte, ressaltando os aspectos fundamentais que contribuíram para a complexidade da realidade portuguesa, salientando a “*constante estrutural*” representada pela emigração, bem como as diferenças internas que secularmente marcaram as várias regiões de Portugal continental. Particular ênfase foi dada à discussão que ainda hoje suscita controvérsias quando se abordam temas inseparáveis como os padrões de casamento, os sistemas de herança e a migração.

Tendo pois, como pano de fundo, este enquadramento a nível geral, passou-se a uma abordagem mais voltada ao âmbito regional e local no qual inserimos a comunidade de São Tiago de Ronfe. A descida a este nível mais restrito forneceu os elementos “circundantes” à freguesia, que em muitos casos se revelaram decisivos para

a compreensão das mudanças e das permanências que marcaram o desenrolar da história dos habitantes e da freguesia de Ronfe.

Portanto, tendo estes referenciais gerais como categorias mais amplas que abrigaram a comunidade escolhida, partimos das suas características demográficas específicas, para gradativamente irmos ampliando a análise circunscrita à freguesia, para resgatar a dinâmica e a morfologia do agregado doméstico, ao mesmo tempo que procuramos uma diferenciação interna dos agregados quanto às suas características sociais e econômicas.

A linha de raciocínio que pautou toda a investigação estava voltada para as questões fundamentais referentes à família e às alternativas a ela, à não-família, e como se daria a reprodução social das mesmas.

Esta reprodução está intimamente vinculada às diferentes formas de relacionamento entre os sexos. Desta forma, a opção (ou o constrangimento), pelo casamento, celibato ou concubinato, foi a variável eleita, entre tantas outras, para “amarrar” toda a investigação. Neste sentido foi possível perceber a imensa desigualdade que separava os indivíduos que conviviam num mesmo espaço territorial, delimitado pela unidade religiosa e administrativa da paróquia/freguesia. Estes indivíduos eram desiguais na vida e na morte.

Para concluir esta nossa incursão ao interior da comunidade de São Tiago de Ronfe, pareceu-nos importante conjugar um elenco de casos e trajetórias que sintetizassem a pluralidade de percursos individuais e familiares que poderiam brotar a partir da multiplicidade de fatores que intervinham em cada família.

Estes percursos, multifacetados, giraram em torno de três opções que se completavam e interligavam, e que constituem os vértices fundamentais do triângulo sobre o qual se equilibram as relações entre homens e mulheres. Os indivíduos, ao fim e ao cabo, poderiam escolher, ou verem-se constrangidos a aceitar uma das situações seguintes: casar "legitimamente" de acordo com as normas canônicas vigentes, permanecer solteiros ou optar por formas de relacionamento que passariam alternadamente pelas uniões consensuais e/ou por intercursos amorosos breves.

Além disso, estes constrangimentos e/ou estas escolhas com as quais os indivíduos se defrontavam não estavam alheias a todo um contexto seja local e regional, minhoto, seja a nível português, ou mais amplamente, ao nível da Europa Ocidental.

Foi, portanto, no interior desta malha de inter-relações, da parte com o todo, que procuramos compreender os mecanismos e estratégias empregues pela população da

comunidade de São Tiago de Ronfe para garantir a sua reprodução biológica, enquanto família, e a sua reprodução social, enquanto grupo, estreitamente vinculadas às “formas de união e casamento” vigentes.

As principais fontes selecionadas, entre outras, para alcançar estes objetivos foram:

- registros paroquiais
- róis de confessados
- licenças matrimoniais
- testamentos
- documentação fiscal (décimas, manifesto do gado, recenseamentos eleitorais
- documentação relativa à visitas pastorais (roteiro dos culpados)

A opção por este conjunto de fontes induziu-nos a complexo trabalho de cruzamento nominativo de fontes para reunir dados para os componentes da comunidade.

Por sua vez, a comunidade escolhida estava situada na região chamada Baixo Minho, e à primeira vista não parecia diferir das outras freguesias do noroeste português, encontrando-se marcada por uma forte emigração diferencial masculina, com acesso restrito ao casamento, representado pelas idades médias elevadas de acesso e um alto índice de celibato definitivo. Outras peculiaridades importantes da região eram os altos índices de fecundidade ilegítima e práticas de herança e transmissão de patrimônio fundiário que permitiam favorecer alguns dos herdeiros em detrimento de outros.

A economia local estava baseada na exploração agrícola, sendo o principal produto o milho. A terra era dividida em pequenas porções, e não era raro que alguns proprietários tivessem pedaços separados de terra. Apesar da considerável produção de milho, que contribuiu para que cessassem as fomes periódicas que afetavam a zona, a relação entre a disponibilidade de terra, recursos e o crescimento da população baseava-se num equilíbrio bastante precário.

Por outro lado, um outro elemento veio trazer novas perspectivas para a compreensão e a análise daquela região e daquela comunidade. E este elemento era o tradicional artesanato do linho. Muitos dos agregados domésticos utilizavam aquela produção para melhorar suas condições de subsistência. A sazonalidade do trabalho agrícola permitia que em determinadas épocas do ano, o excedente da mão de obra fosse aplicado naquela atividade. Nos períodos em que as tarefas agrícolas não eram tão pesadas, era possível empregar, principalmente a mão-de-obra feminina, no artesanato do linho.

Esta atividade sofreu profundas alterações na região a partir da segunda metade do século XIX, provocando a substituição do linho pelo algodão como matéria-prima principal, e este fato, em nossa opinião, causou importantes mudanças na comunidade.

Se tomarmos alguns indicadores demográficos, como por exemplo, a idade média ao primeiro casamento, o celibato, a ilegitimidade, torna-se claro que alguma coisa estava mudando. Mais ainda, a análise dos róis de confessados mostrava diferenças importantes no tocante à relação entre os sexos e a chefia dos agregados domésticos.

Começemos pelos últimos dados: a relação entre os sexos que mostrava um desequilíbrio bastante acentuado, caminhou para uma situação menos crítica: em 1740 a relação entre os sexos era de 66.7 homens para cada 100 mulheres (o ponto mais baixo), enquanto no final do século XIX girava em torno de 86.8.

A organização dos agregados domésticos também apresentou mudanças significativas. Enquanto que na primeira metade do século XVIII as mulheres chefiavam 36% dos domicílios, no final do século XIX esta percentagem caiu para 21%. Se considerarmos apenas os domicílios chefiados por mulheres solteiras ou sós, o declínio foi muito mais acentuado, caindo de 20% para 7%.

Outros indicadores também reforçam a noção de mudanças no interior da comunidade. A idade média de acesso ao casamento para as mulheres na primeira metade do XVIII era de 27.5 anos, enquanto no início do século XX era de 26.1. Em relação aos homens a queda foi mais forte ainda: de 30.5 para 27.9. O celibato definitivo, também apresentou declínio, tanto para homens como para mulheres. Para os homens caiu de 11.8 para 4.3, e para as mulheres teve uma queda espetacular de 26.0 para 10.3.

A ilegitimidade, que sublinhamos ser uma importante característica desta comunidade, teve seus percentuais bastante alterados, acusando um declínio da ordem de 17% (no início do século XVIII) para 6% no final do século XIX. Pelo contrário, a fecundidade legítima não apresentou qualquer mudança significativa.

Registramos, da mesma forma, uma queda no número de habitantes dados como ausentes da freguesia, por ocasião do Rol da Desobriga Pascal. Os ausentes que representavam cerca de 16% ao longo da segunda metade do século XVIII, tiveram seu contingente largamente diminuído, passando para menos de 2% no final do século XIX

A comunidade de São Tiago de Ronfe, como todas as paróquias minhotas estava sob forte vigilância da Igreja católica. O controle sobre a população era praticado através das visitas pastorais regulares realizadas pelos bispos ou seus delegados. O seu propósito era supervisionar não somente o edifício da igreja, os instrumentos de culto e os livros paroquiais, mas principalmente, vigiar o comportamento moral dos fiéis.

Se a ilegitimidade era alta, seria de esperar que encontrássemos muitos casais que apresentassem um comportamento moral reprovável, tornando-se pecadores, em outras palavras. Estes indivíduos estavam sob severa vigilância e eram, tanto quanto possível, estimulados a mudar a sua conduta faltosa e evitar o escândalo. Ainda que sob a ameaça de punição, se isso fosse necessário.

A análise da comunidade e seu relacionamento cotidiano com a Igreja e, especificamente, com os visitantes, indicou-nos os limites das perseguições contra os pecados públicos. Embora a comunidade estivesse sob forte pressão e sob a ameaça de punições (canônicas e pecuniárias) dos bispos católicos, o número de pessoas denunciadas por viver em concubinato, e portanto pecaminosamente, foi bastante significativo. Como podemos explicar esta situação?

Acreditamos que a chave para entender esta contradição entre os ideais católicos e a prática de relações fora do matrimônio legítimo devem ser analisadas à luz da realidade demográfica daquela população, que sofria de um permanente desequilíbrio tanto entre homens e mulheres, quanto na disponibilidade de terras e recursos.

Apesar da pressão da Igreja Católica para impor o ideal de família legítima (sob as bênçãos do sacramento do matrimônio) era virtualmente impossível para uma parcela expressiva da população alcançar os modelos admitidos pela Igreja.

O acesso muito restrito ao casamento, a tradição no favorecimento de herdeiros, o desequilíbrio entre homens e mulheres, causado pela forte emigração masculina, a impossibilidade de aumentar os recursos além dos limites existentes, todos estes fatores somados impunham obstáculos à formação da “família ideal”. Sob estas condições a população era obrigada a criar estratégias e mecanismos específicos para ultrapassar estes obstáculos.

Os homens, e principalmente as mulheres, que permaneciam na comunidade e não tinham acesso a um casamento legítimo eram obrigados a encontrar outros arranjos, escolhendo ou sendo impelidos a criar a “família possível” quando o casamento legítimo estava além das suas possibilidades.

Numa comunidade onde a riqueza era escassa, onde o acesso à terra estava longe de ser geral, onde muito poucos indivíduos possuíam gado e somente 10% da população masculina tinha acesso ao voto (1857), está claro que a desigualdade era profunda entre aquela população.

Com tão distintos grupos sociais compondo a comunidade, fica claro que a família deveria desempenhar funções diferentes, com estratégias de reprodução também diferenciadas. De fato, não só as suas funções eram muito diferenciadas, como a própria família assumia múltiplas formas. Portanto, existiam tantos tipos de arranjos familiares e tantas formas de união, que simplesmente deixariam de ser notadas se nos tivéssemos limitado à reconstituição de famílias “clássica” pura e simplesmente. O estudo desta comunidade através de técnicas de micro-análise e do cruzamento nominativo de fontes fez aflorar este universo complexo e variado.

As mudanças no comportamento da população constatadas a partir da segunda metade do século XIX foram, à nosso ver, resultado das mudanças econômicas causadas pelo desenvolvimento da manufatura do algodão, permitindo que outras oportunidades de trabalho aparecessem fora da agricultura tradicional, criando condições para que a população masculina pudesse permanecer na terra natal. Este dado é corroborado pela queda na percentagem de indivíduos dados como ausentes pelo pároco (através dos Róis de Confessados) referido anteriormente.

As mudanças econômicas produziram novas oportunidades para os habitantes daquela comunidade e zona contígua: a população natural masculina pode permanecer na terra natal, ao mesmo tempo que homens e mulheres de freguesias vizinhas foram atraídos para São Tiago de Ronfe. Uma situação de maior equilíbrio entre homens e mulheres e diferentes possibilidades de trabalho fora da agricultura, proporcionaram novas oportunidades de casamento para um número crescente de indivíduos. A “família possível”, pode assim, gradativamente ser substituída por “famílias normais”, formada por “casais casados”, ao invés de famílias formadas por mulheres solteiras e seus filhos bastardos.

Todas estas considerações basearam-se na reconstrução histórica daquela comunidade, mas devem ser confirmadas por outros estudos. Seria interessante avaliar se a situação desta freguesia pode ser encontrada para outras comunidades da região minhota, ou em outras áreas onde a manufatura têxtil implantou-se.

Referências Citadas:

- Amorim, Maria Norberta. 1991. Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias. Braga: Universidade do Minho, 42 pp.
- Brandão, Maria de Fátima & Rui Feijó. 1984. Os estudos de comunidade e suas fontes históricas. Análise Social 20 (83):489-506.
- Brettell, Caroline B. 1986. Men who migrate, women who wait. Population and History in a Portuguese Parish. Princeton: Princeton University Press.
- Fleury, Michel & Louis Henry. 1976. Nouveau Manuel de Déppoulement et d'Exploitation de l'État Civil Ancien. 2^a ed. Paris: Éditions de l'INED
- Macfarlane, Alan. 1977. Reconstructing Historical Communities. Cambridge: Cambridge University Press.
- Scott, Ana Silvia Volpi. 1995. Reconstituição de Famílias e Reconstituição de Paróquias – uma comparação metodológica. David S. Reher (Org.). 1995. Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a História das Populações: Estado actual e perspectivas para o futuro. Porto:Afrontamento
- Scott, Ana Silvia Volpi. 1999. Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português. Séculos XVIII e XIX. Guimarães: NEPS/Universidade do Minho. Colecção Monografias, Vol. 6.
- Silva, Álvaro Ferreira da. 1993. Propriedade, família e trabalho no 'hinterland' de Lisboa. Oeiras 1738-1811. Lisboa: Edições Cosmos.
- Wrigley, Edward A. (Ed.) 1973. Identifying People in the Past. London: Edward Arnold Publishers Ltd.